



A Santa Sé

PAPA PAULO VI

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 24 de Junho de 1970

A Igreja dos pobres segundo os ensinamentos do Concílio

O Nosso estudo sobre o espírito do Concílio, este espírito que deve formar em nós uma nova e autêntica mentalidade cristã, exprimindo-se num renovado estilo de vida eclesial, leva-Nos facilmente ao tema da pobreza.

Já se falou muito deste assunto. A primeira pessoa que se referiu a ele foi o Nosso predecessor João XXIII, na sua radio-mensagem aos católicos de todo o mundo, um mês antes da abertura do Concílio, mencionando, naquela ocasião, os problemas que a Igreja encontrava diante de si, dentro e fora do seu campo, e afirmando que « a Igreja se apresenta como realmente é e como quer ser, ou seja, a Igreja de todos e, particularmente, a Igreja dos Pobres» (A.A.S., 1962, p. 682). Esta expressão teve uma grande ressonância. Fazia eco a uma frase bíblica, vinda de longe, do profeta Isaías, que Jesus fez Sua, na sinagoga de Nazaré: « ... porque Me ungiu para anunciar a Boa-Nova aos pobres... » (Lc 4, 18).

Todos nós conhecemos a importância que o Evangelho atribui à pobreza, a começar do sermão das bem-aventuranças, no qual os « Pobres de espírito » ocupam o primeiro lugar, não só nas palavras, mas também no Reino dos céus, para continuar nas páginas onde os humildes, os pequenos, os que sofrem e os necessitados são elogiados como sendo os cidadãos preferidos do mesmo Reino dos céus (cfr. Mt 18, 3) e como os representantes vivos do próprio Cristo (cfr. Mt 25, 40).

Além disso, o exemplo, principalmente o exemplo de Cristo, constitui a grande apologia da pobreza evangélica (cfr. 2 Cor 8, 9; S. Agostinho, *Sermo II*, em: *PL* 38, 115). Sabemos tudo isto, mas é bom recordá-lo, precisamente em homenagem àquela autenticidade cristã que, segundo os desejos do Concílio, todos nós estamos a procurar, de acordo com a capacidade espiritual do nosso tempo.

Este tema é muito vasto, mas não pretendemos, de qualquer modo, explaná-lo. Apenas o recordamos, por causa da sua importância teológica. A pobreza evangélica implica realmente uma rectificação das nossas relações religiosas com Deus e com Jesus Cristo, não só porque estas relações exigem a prioridade dos bens do espírito, na classificação dos valores, dignos de serem propostos à nossa existência, à nossa investigação e ao nosso amor: « Procurai primeiro o Seu reino... » (*Mt* 6, 33), mas também porque desvalorizam — e aí está a pobreza —, na graduação de estima pelos bens temporais, a riqueza e a felicidade presente, quando são comparadas com o sumo Bem, que é Deus, e com a sua posse, que é a nossa felicidade eterna.

A humildade do espírito (cfr. S. Agostinho, *Enarrationes in Psalmos*, 73, em: *PL* 36, 943), a temperança e, muitas vezes, também o desapego, tanto na posse como no uso dos bens económicos, constituem os dois aspectos característicos da pobreza, que o divino Mestre nos ensinou com a Sua doutrina e, mais ainda, como dissemos, com o Seu exemplo: Ele revelou-Se socialmente na pobreza.

Como facilmente se vê, este princípio teológico, em que se funda a pobreza cristã, torna-se um princípio moral que dá forma à ascética cristã. A pobreza que encontramos no homem, mais do que um dado de facto, é o resultado voluntário de uma preferência de amor, de amor por Cristo e pelo seu reino, manifestada com a renúncia, o que, aliás, é uma libertação, à cobiça da riqueza, que não só comporta uma série de preocupações temporais e de vínculos terrenos, mas também ocupa, com prepotência, grande parte do coração. Recordemos o episódio evangélico do jovem rico que, vendo-se na alternativa de seguir a Cristo ou de continuar na posse das suas riquezas, prefere estas, enquanto o Senhor, « ... fitando nele o olhar, sentiu afeição por ele... » (*Mc* 10, 21), o viu com tristeza ir-se embora.

Mas o Concílio chamou-nos à atenção, não tanto para a virtude pessoal da pobreza, quanto para a procura e a prática de outra pobreza, a pobreza eclesial, a pobreza que deve ser vivida pela Igreja como tal, ou seja, como colectividade congregada no nome de Cristo.

Numa página do Concílio, encontra-se uma frase importante a este respeito. Entre muitas outras que existem nos documentos conciliares sobre a pobreza, vamos citá-la : « O espírito de pobreza e de caridade é, com efeito, a glória e o sinal da Igreja de Cristo » (*Gaudium et Spes*, n. 88).

Esta é uma frase luminosa e incisiva, que nasce de uma consciência eclesial em pleno vigor, ávida de verdade e de autenticidade, e desejosa de se libertar dos costumes históricos que agora

se possam mostrar pouco conformes com a sua índole evangélica e com a sua missão apostólica. É necessário que se faça um exame crítico, histórico e moral, para dar à Igreja o seu aspecto genuíno e moderno, onde a geração presente pretende reconhecer a imagem de Cristo.

Quem falou a este respeito deteve-se particularmente ao considerar esta função da pobreza eclesial, ou seja, a de provar a verdadeira visibilidade da Igreja (cfr. Y. Congar, *Pour une Église servante et pauvre*, p. 107). Falou deste modo especialmente o Cardeal Lercaro, no final da primeira sessão do Concílio (6 de Dezembro de 1962), insistindo sobre o « aspecto » que a Igreja hoje deve mostrar, especialmente aos homens do nosso tempo, e sob o qual se revelou o mistério de Cristo: o aspecto moral da pobreza e o aspecto sociológico da sua existência, principalmente entre os pobres.

Todos nós vemos a força reformadora que deriva da afirmação deste princípio: a Igreja deve ser pobre e, mais ainda, a Igreja deve mostrar-se pobre. Talvez nem todos possam compreender as possíveis justificações dos diversos aspectos, assumidos historicamente pela Igreja, durante a sua vida secular e no contacto com situações particulares da civilização; quando, por exemplo, o aspecto da Igreja era o de uma grande latifundiária, dedicada a educar novamente os povos para o trabalho agrícola, ou quando era o de um poder civil, na época em que se mostrava necessário exercê-lo com autoridade humana, uma vez que estava desfeito; ou também quando, para exprimir o seu carácter sagrado e a sua índole espiritual, ornou o seu culto com magníficos templos e vestes sumptuosas; ou ainda quando, para exercer o seu ministério, assegurou o pão e o decoro dos seus ministros, ou, finalmente, quando, para dar impulso à instrução e à assistência do povo, fundou escolas e abriu hospitais, e para assimilar a cultura de determinados momentos históricos, falou soberanamente a linguagem da arte (cfr., por exemplo, G. Kurth, *Les origines de la civilisation moderne*).

Para honra da economia de pobreza da Igreja, facilmente se poderia demonstrar que as fabulosas riquezas, que, de vez em quando, lhe são atribuídas pela opinião pública, são bem diferentes, não chegando, muitas vezes, para satisfazer as modestas e legítimas exigências da vida ordinária de tantos eclesiásticos, religiosos e também das instituições benéficas e pastorais. Mas não queremos agora fazer esta apologia.

Aceitamos os pedidos que os homens de hoje fazem, especialmente os que olham para a Igreja exteriormente, para que a Igreja se mostre como deve ser, não como um poder económico, nem revestida das aparências do bem-estar, dedicada a especulações financeiras, ou insensível às necessidades das pessoas, das camadas sociais e das nações que estão na indigência. Mas também não queremos analisar agora este imenso campo dos costumes eclesiásticos. Apenas o mencionamos para que saibais que o temos presente e já estamos a trabalhar nele com a introdução de reformas graduais, mas audaciosas. Notamos, com vigilante atenção, que, num período como o nosso, absorvido inteiramente pela conquista, pela posse e pelo gozo dos bens económicos, se encontra na opinião pública, dentro e fora da Igreja, o desejo, e quase a

necessidade, de ver a pobreza do Evangelho, principalmente onde o Evangelho é pregado e representado, e acrescentemos também, na Igreja oficial, na Nossa própria Sé Apostólica.

Temos consciência desta exigência interior e exterior do Nosso ministério. Com a graça do Senhor já se fez muito para se obterem renúncias temporais e introduzir reformas nos costumes eclesiásticos. E assim queremos continuar ainda, com o devido respeito pelas legítimas situações de facto, e com a esperança de sermos compreendido e ajudado pelo povo fiel, no Nosso esforço por superar as situações que não estão em conformidade com o espírito e com o bem da verdadeira Igreja. A necessidade dos « meios » económicos e materiais, com as consequências que comporta de os procurar, pedir e administrar, nunca deve exceder o conceito dos « fins » para que são destinados e dos quais devem sentir as limitações, a generosidade do emprego e a espiritualidade do significado.

E, seguindo a lição do divino Mestre, queremos recordar a todos que amem, simultâneamente, a pobreza e os pobres. A pobreza, para fazer dela uma austera norma da vida cristã; os pobres, para fazer deles objecto de particular interesse, quer se trate de pessoas, de classes, ou de nações necessitadas de amor e de ajuda. O Concílio também nos falou disto. Temos procurado e procuraremos continuar a ouvir sempre a sua voz. Mas a reflexão sobre este tema da Igreja dos Pobres deverá continuar a ser feita por Nós e por todos vós, com a graça do Senhor e com a Nossa Bênção Apostólica.